

A. I. N° - 209470.0008/04-6
AUTUADO - GMB GRANITOS E MÁRMORES DA BAHIA LTDA.
AUTUANTES - JOSÉ ADELIAS AMORIM BOTELHO
ORIGEM - INFAZ ITAPETINGA
INTERNET - 02.06.05

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0157-02/05

EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADA DE MERCADORIA SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Reduzido o débito por erro na sua apuração. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. **a)** OPERAÇÃO TRIBUTÁVEL COMO NÃO TRIBUTÁVEL. Infração elidida em parte. **b)** MERCADORIAS ADQUIRIDAS DE PESSOAS FÍSICAS. Fato não contestado. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/09/2004, reclama o valor de R\$ 31.139,44, em decorrência dos seguintes fatos:

1. Falta de recolhimento do imposto, no valor de R\$ 888,28, relativo a operações de saídas de mercadorias não declaradas, com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício fechado (2002), conforme levantamentos, demonstrativos e documentos às fls. 08 a 28.
2. Falta de recolhimento do ICMS no total de R\$ 20.618,92, em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas nos meses de fevereiro, março, outubro e dezembro de 2002, janeiro, maio, julho, agosto, outubro e dezembro de 2003, relativamente a saídas de mercadorias destinadas a exportação sem a devida comprovação através das notas fiscais relacionadas às fls. 29 a 33.
3. Falta de recolhimento do ICMS no valor total de R\$ 9.632,24, nos prazos regulamentares, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, através das notas fiscais relacionadas às fls. 47 a 48, nos meses de junho a dezembro de 2003.

O sujeito passivo em sua impugnação às fls. 78 a 79, no tocante à infração 02, reconhece que deixou de recolher o imposto exigido, com exceção no que se refere às notas fiscais n^{os} 843, de janeiro de 2003 no valor de R\$ 5.387,64; 1046 de agosto de 2003, no valor de R\$ 31.690,96, e 657, fevereiro de 2002, no valor de R\$ 7.539,40, não tiveram suas exportações comprovadas em virtude da devolução das mercadorias conforme notas fiscais de entradas n^{os} 807 (19/02/2002), 532 (19/01/2002), 12189 (23/09/2003), e 1083 (docs. fls. 80 a 82).

No tocante às notas fiscais n^{os} 1083, outubro de 2003, valor de R\$ 10.507,28 e 1133 de dezembro de 2003, no valor de R\$ 33.984,04, foi alegado que tratam de operações de exportações conforme

Memorando de Exportação nº 002/2004, beneficiadas com a não incidência do ICMS por força do Regime Especial e de acordo com a Portaria nº 575/96 e artigo 575 do RICMS/97.

Por conta disso, reconheceu o débito total do Auto de Infração no valor de R\$ 21.749,69, tendo juntado à impugnação cópias de notas fiscais de devolução, Memorando de Exportação, Registro de Entradas e do Deferimento de Exportação.

Na informação fiscal às fls. 105 a 107 o autuante concordou com a exclusão das notas fiscais nºs 657, no valor de R\$ 7.539,40; 843, no valor de R\$ 5.387,64; e 1046, no valor de R\$ 31.690,96 na infração 02, e informou que em virtude da devolução das mercadorias, tornou necessário fazer alguns ajustes, inclusive nos demais itens da autuação, quais sejam.

Infração 01 - Ressalta que foi apurada no levantamento de estoques uma presunção de omissão de saídas anteriores no valor de R\$ 5.225,20, porém, em virtude da comprovação das devoluções foi refeita a auditoria de estoques com a redução do débito para o valor de R\$ 627,78 (docs. fls. 107 a 125).

Infração 02 – a) No tocante ao débito relativo ao exercício de 2002, no total de R\$ 8.865,32, referente a diversas exportações sem a devida comprovação (fls. 29 a 33), informou que com o ajuste efetuado por motivo da devolução da mercadoria referente a Nota Fiscal nº 657, fevereiro de 2002 (fl. 127), o débito ficou reduzido para o total de R\$ 7.960,30, conforme demonstrativo à fl. 130. b) Quanto ao débito do exercício de 2003, também em razão da devolução da mercadoria através das notas fiscais nºs 532 e 12189, foram excluídas as notas fiscais nºs 843 e 1046, resultando na diminuição do débito para a cifra de R\$ 4.854,96, conforme demonstrativo à fl. 159. c) O autuante não acatou as razões defensivas em relação às notas fiscais nºs 1083 (outubro de 2003) e 1133 (dezembro de 2003), sob o argumento de que o documento apresentado à fl. 88 não tem nenhuma indicação que seja documento regulamentar, pois no campo “Dados da Exportação” na coluna “Estado Produtor” aponta que é o Estado do Paraná e não o Estado da Bahia. Disse que os documentos apresentados às fls. 89 a 98 não indicam que as mercadorias exportadas sejam as mesmas contidas nas notas fiscais de venda nºs 1083 e 1133. Além disso, ressaltou que o autuado não apresentou documento que comprovasse a exportação, a exemplo do Relatório de Exportação expedido pelo Siscomex, onde estariam todos os dados inerentes das exportações.

Infração 03 – Foi mantida em razão do autuado não ter se insurgido a ela.

Conclui que a exigência fiscal passa a ser: Infração 01: R\$ 627,78; Infração 02: R\$ 17.772,54; e Infração 03: R\$ 14.487,20, totalizando o valor de R\$ 32.887,52.

Face a juntada pelo autuante de novos elementos por ocasião de sua informação fiscal, quais sejam, nova auditoria de estoques e auditoria das exportações, e novo demonstrativo do débito, conforme levantamentos e demonstrativos às fls. 108 a 160, o contribuinte autuado foi regularmente intimado pela Infaz Itapetinga para tomar conhecimento dos referidos (fls. 163 a 164), sendo-lhe entregues cópias das folhas 104 a 160 dos autos, porém no prazo estipulado não se manifestou.

VOTO

Pelo que foi relatado, verifico que embora o autuado tenha se insurgido apenas quanto a infração 02, o autuante em sua informação fiscal ao acatar as notas fiscais apresentadas na defesa constatou a necessidade de fazer alguns ajustes nos demais itens da autuação, pois tais

documentos fiscais figuravam das demais infrações, tudo conforme levantamentos e demonstrativos às fls. 104 a 160.

Considerando que o sujeito passivo após regularmente intimado pela repartição fazendária acerca dos novos elementos acostados aos autos, não apresentou qualquer manifestação, para proferir o presente voto, tomo por base os citados documentos por considerar que neles estão devidamente especificados os documentos fiscais que originaram o débito de cada infração, ressaltando-se que o fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas (art. 140, RPAF/99).

Desta forma, analisando cada infração de per si, concluo.

Infração 01 – O débito inicial lançado no Auto de Infração no valor de R\$ 888,28 foi apurado através de auditoria de estoques (docs. fls. 08 a 28), sendo que após a exclusão da Nota Fiscal nº 0657 no levantamento das saídas às fls. 20 a 28, resultou nos seguintes números, com a redução do débito para o valor de R\$ 627,78.

ESPECIFICAÇÃO	DEMONST. FLS. 11	DEMONST. FLS. 111
Estoque Inicial	-	-
Entradas	981,42	981,42
Soma	981,42	981,42
Estoque Final	-	-
Saídas Reais	981,42	981,42
Saídas c/N.Fiscais	1.007,54	1.007,54
N.F. Nº 0657	-	7,66
Saídas ajustadas	1.007,54	999,88
Diferença	26,13	18,46
P.Unitário Médio	200,00	200,00
B.de Cálculo	5.225,20	3.692,80
Imposto devido	888,28	627,78

Infração 02 – Trata-se de exigência de imposto, em razão de registro de operações tributáveis como não tributáveis, nos meses de fevereiro, março, outubro e dezembro de 2002, janeiro, maio, julho, agosto, outubro e dezembro de 2003, relativamente a saídas de mercadorias destinadas a exportação sem a devida comprovação através das notas fiscais relacionadas às fls. 29 a 33.

Na defesa fiscal o autuado alegou a inclusão indevida das notas fiscais nºs 657, 843, 1046, 1083 e 1133, das quais, o autuante concordou com a exclusão das três primeiras notas fiscais em razão da comprovação da devolução através das notas fiscais nºs 532 e 12189. Quanto às notas fiscais nºs 1083 e 1133, conforme salientado pelo autuante realmente no documento apresentado à fl. 88, no campo “Dados da Exportação”, na coluna “Estado Produtor”, aponta que é o Estado do Paraná e não o Estado da Bahia, e os documentos apresentados às fls. 89 a 98 realmente não indicam que as mercadorias exportadas sejam as mesmas contidas nas notas fiscais de venda nºs 1083 e 1133, e não apresentou documento que comprovasse a exportação, a exemplo do Relatório de Exportação expedido pelo Siscomex, onde estariam todos os dados inerentes das exportações.

Desse modo, o débito lançado neste item da autuação fica modificado conforme demonstrativo a seguir.

MESES	VLS. LANÇADOS	VLS.DEVIDOS
jan/02	1.468,32	1.468,32
fev/02	904,73	-
mar/02	1.501,04	1.501,04

out/02	4.990,94	4.990,94
SOMA	8.865,03	7.960,30
jan/03	646,52	646,52
mai/03	1.366,63	1.366,63
jul/03	1.902,24	1.902,24
ago/03	2.499,55	557,89
out/03	1.260,87	1.260,87
dez/03	4.078,08	4.078,08
SOMA	11.753,89	9.812,23
TOTAL	20.618,92	17.772,53

A última infração refere-se a falta de recolhimento do ICMS correspondente às notas fiscais relacionadas às fls. 47 a 48, nos meses de junho a dezembro de 2003, que não têm qualquer correlação com os documentos apresentados na defesa. Portanto, subsiste o reclamo fiscal no valor de R\$ 9.632,24.

Além disso, foi informado pelo autuante que em sua ação fiscal que resultou no Auto de Infração havia efetuado o levantamento quantitativo do ano de 2003, e não havia sido apurada nenhuma diferença. Contudo, em virtude das notas fiscais apresentadas na defesa relativas ao citado exercício, foi refeita a auditoria de estoques, tendo apurado uma diferença de saídas no total de R\$ 28.558,59, com ICMS no valor de R\$ 4.854,96, conforme documentos às fls. 147 a 158.

Tendo em vista que esta diferença não figurou do presente processo, faz-se necessário representar a autoridade fiscal, para em nova ação efetuar novo lançamento, e permitir ao contribuinte que exerça seu direito de defesa.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de R\$ 28.032,55, conforme demonstrativo de débito abaixo:

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO

Data Ocor.	Data Vencto.	B. de Cálculo	Aliq.(%)	Multa (%)	Valor do Débito	Infração
31/12/2002	9/1/2003	3.692,82	17	70	627,78	1
28/2/2002	9/3/2002	-	17	60	-	2
31/3/2002	9/4/2002	8.829,65	17	60	1.501,04	2
31/10/2002	9/11/2002	29.358,47	17	60	4.990,94	2
31/12/2002	9/1/2003	8.637,18	17	60	1.468,32	2
31/1/2003	9/2/2003	3.803,06	17	60	646,52	2
31/5/2003	9/6/2003	8.039,00	17	60	1.366,63	2
31/7/2003	9/8/2003	11.189,65	17	60	1.902,24	2
31/8/2003	9/9/2003	3.281,71	17	60	557,89	2
31/10/2003	9/11/2003	7.416,88	17	60	1.260,87	2
31/12/2002	9/1/2004	23.988,71	17	60	4.078,08	2
30/6/2003	9/7/2003	7.074,53	17	50	1.202,67	3
31/7/2003	9/8/2003	11.382,71	17	50	1.935,06	3
31/8/2003	9/9/2003	5.857,82	17	50	995,83	3
30/9/2003	9/10/2003	8.660,00	17	50	1.472,20	3
31/10/2003	9/11/2003	7.246,00	17	50	1.231,82	3
30/11/2003	9/12/2003	9.325,29	17	50	1.585,30	3
31/12/2003	9/1/2004	7.113,88	17	50	1.209,36	3
TOTAL DO DÉBITO					28.032,55	

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **209470.0008/04-6**, lavrado contra **GMB GRANITOS E MÁRMORES DA BAHIA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 28.032,55**, acrescido das multas de 50% sobre R\$ 9.632,24, 60% sobre R\$ 17.772,53, e 70% sobre R\$ 627,78, previstas no artigo 42, I, “a”, II, “a” III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de maio de 2005.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA